

O futuro das ações sociais empresariais

2005. Ano 2 . Edição 11 - 1/6/2005

"A responsabilidade social empresarial não se restringe aos atos de filantropia. Ela envolve a busca de valores éticos e sua incorporação aos processos de decisão em toda a cadeia produtiva"

Rubens Naves

Nos últimos anos, o empresariado parece ter aberto os olhos para os graves problemas sociais de nosso país. Hoje, a chamada "responsabilidade social empresarial" está na pauta das falas dos homens de negócios, das campanhas de marketing e de ações em campos antes restritos à esfera pública.

Como todos sabem, a "responsabilidade social empresarial" não se restringe ao que chamamos de filantropia. Envolve uma nova mentalidade de governança corporativa, que se traduz na busca de valores éticos e na sua incorporação aos processos de decisão em toda a cadeia produtiva.

A nova atitude das empresas, ao procurar um "lado mais humano" para a atividade comercial, capitalizada por um discurso eficaz, conquistou simpatias. Os ganhos foram imediatos: fidelidade a marcas e produtos, valorização acionária, obtenção de mídia espontânea, isenções fiscais e maior motivação dos empregados. Entre as ações que mais trazem retorno estão a contratação de portadores de necessidades especiais; a colaboração com entidades sociais das comunidades; os programas de alfabetização de empregados e seus familiares, entre outras.

Porém tais ações, mesmo quando trazem resultados aos seus beneficiários imediatos, não estão à altura da gravidade de nossos problemas. Sabemos, por exemplo, que mais de 50% das crianças brasileiras com menos de 2 anos pertencem a famílias muito pobres; apenas 33% dos adolescentes freqüentam o ensino médio e cerca de 3,8 milhões de crianças entre 5 e 16 anos trabalham. No que diz respeito ao racismo, basta lembrar que os afrodescendentes, 45% da população brasileira, constituem 70% dos indigentes.

Os índices de desigualdade nos forçam a reconhecer que a lógica da responsabilidade social não é, nem poderia ser, a mesma lógica da empresa obrigada a garantir seu lugar ao sol. A responsabilidade social está, precisamente, no abandono da visão individualista a favor do coletivo. Sem dúvida é legítima a preocupação da empresa que cria um projeto social para garantir para si maior visibilidade. Do ponto de vista do país, o resultado é um fantástico desperdício de trabalho e dinheiro.

Estão em prática, hoje, inúmeros projetos excelentes, mas carentes de recursos, em áreas que vão do combate à violência doméstica à promoção da igualdade racial, passando pelas mais variadas formas de auxílio à infância. Projetos que poderiam obter resultados muito proveitosos se contassem com alguma parceria financeira e administrativa, áreas nas quais as empresas têm muito a compartilhar.

É urgente somar esforços para os projetos já existentes, o que significa também uma

aliança entre empresários e organizações não-governamentais. A partir do momento em que as empresas criam seus próprios institutos, competem na captação de recursos com as ONGs. Uma parceria dessa natureza permitirá, ao juntar forças, maior eficácia na gestão das organizações e melhor aproveitamento dos recursos das empresas.

São inúmeros os temas que esperam maior participação do empresariado, como a defesa do meio ambiente e o combate à corrupção. Tendo em vista a gravidade da situação, uma conclusão impõe-se: é no campo da gestão pública que as parcerias mais se fazem necessárias. As ações ligadas ao Estado são as únicas que podem ser aplicadas em âmbito nacional, a longo prazo, sendo assim capazes de gerar impactos fortes o suficiente para transformar nossa realidade.

Outro desafio será impedir a descontinuidade administrativa. A cada ciclo político, projetos são interrompidos, acarretando danos inestimáveis. A participação da sociedade nas questões de interesse público tende a estimular a continuidade

Esse tipo de parceria não só é possível, como dá certo. O Instituto São Paulo Contra a Violência é um exemplo. Responsável pela queda da violência no último quinquênio em todo o Estado de São Paulo, angaria esforços da sociedade civil numa área antes exclusiva do setor público. Ou seja, é mais do que tempo de arregaçar as mangas e abandonar velhos preconceitos. O Brasil precisa de todo o nosso empenho.

Rubens Naves é advogado, professor licenciado da PUC-SP, fundador e conselheiro da Transparência Brasil e presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

Copyright © 2007 - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação sem autorização.
Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - Brasília - DF - Fone: (61)
2026-5334